



DINÂMICAS DA FUNÇÃO MATERNA E DO MERCADO: OUTRAS MATERNIDADES SÃO POSSÍVEIS?

DYNAMICS OF THE MATERNAL FUNCTION AND THE MARKET: ARE OTHER MOTHERHOODS POSSIBLE?

DINÁMICA DE LA FUNCIÓN MATERNA Y DEL MERCADO: ¿SON POSIBLES OTRAS MATERNIDADES?

42

Recebido: 09/11/2020

Aceito: 11/07/2021

Maria Aline Sabino Nascimento¹

RESUMO

Este ensaio propõe uma reflexão acerca das tramas de afeto e cuidado instituídas a partir de uma maternidade assentada em um mito de pureza, sacralização, abnegação, sacrifício e amor incondicional das mães em relação aos seus filhos. Lançando mão de estudos que abordam esse assunto sob uma perspectiva feminista, antropológica, psicológica e do direito, minha intenção é discutir como essas tramas possuem dinâmicas que desnudem mulheres, e em certa medida até mesmo homens, e nutrem todo um sistema econômico. Para tanto, busquei compreender como tais dinâmicas apresentam-se na multiplicidade existente nas esferas do público e do doméstico, bem como quais as tensões geradas entre mercado, trabalho e afeto na esteira do cuidado. Não trato, no entanto, a maternidade como algo homogêneo, tampouco a domesticidade, no que tange aos sentidos políticos e afetuosos atribuídos à casa. Preocupe-me neste texto em compreender essas dinâmicas sob a perspectiva do cruzamento que há entre gênero, raça e classe, a fim de uma reflexão que considere as diferenças na construção desses corpos, afetos e tensões gerados a partir do estabelecimento do mito da maternidade e como esta encontra-se implicada na temática do cuidado. O trabalho do serviço e cuidado associado às mulheres, também nos fala, entre muitas coisas, sobre nossa própria relação com a natureza apartada do status de humanidade. Tal afirmação nos lança a debates sobre a concepção das categorias de cuidado, maternidade, gênero e noção de pessoa em outras sociedades. Portanto, questiona-se neste trabalho a maternidade em seus moldes ocidentais e se busca compreender se outras maternidades são possíveis.

Palavras-chave: Maternidade. Mercado. Mulheres. Gênero. Noção de Pessoa.

¹ Doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional – UFRJ (PPGAS/MN/UFRJ), mestre em Antropologia Social pela mesma instituição, cientista social pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: alinesabino.na@gmail.com

ABSTRACT

This essay proposes a reflection on the plots of affection and care built since the idea of motherhood based on a myth of purity, sacralization, abnegation, sacrifice and mother's unconditional love toward their children. Resorting to studies that approach this subject from a feminist, anthropological, psychological and the law perspective, my intention is discussing how these plots undermine women and, to some extent even men, and nourish a whole economic system. For this, I tried to comprehend how these dynamics shows up in the multiplicity existing in the public and private spheres, as well as which tensions are generated between market, work and affection with regard to care. I don't deal, nonetheless, to the motherhood as something homogeneous, neither the domesticity - in relation to the political and affective senses related to the home. My concern about this text is to understand this dynamics these dynamics from the perspective of the crossing of gender, race and class, trying to bring a reflection which considere the differences in the constitution of these bodies, affections and tensions generated since the stablishment of the myth of motherhood and in how it is implicated to theme of care. The work of the service and care - associated with women, also tells us, among many things, about our own relation to the nature detached of the humanity status. This statement takes us to debates about the conception of categories of care, motherhood, gender and notion of person in other societies. Therefore, this work questions the motherhood in its western standards and it tries to comprehend if other kinds of motherhood are possible.

Keywords: Motherhood. Marketplace. Women. Gender. Notion of Person.

RESUMEN

Este ensayo propone una reflexión acerca de los lazos de afecto y cuidados concebidos desde el mito de pureza, sacralización, abnegación, sacrificio y amor incondicional de las madres hacia sus hijos. Basándome en la literatura existente que analiza esta temática desde una perspectiva feminista, antropológica, psicológica y jurídica, Mi intención es discutir cómo estas tramas socavan a las mujeres y, hasta cierto punto, incluso a los hombres, y nutren todo un sistema económico. Para ello analicé cómo estas dinámicas aparecen en el contexto tanto público como doméstico, así como las tensiones generadas entre el mercado, el mundo laboral y el afecto con respecto al cuidado. Sin embargo, no trato ni la maternidad ni la domesticidad como algo homogéneo, ya que considero los significados políticos y afectivos que se le atribuyen al hogar. Este ensayo presenta un análisis que hace énfasis en la intersección que existe entre género, raza y clase, con el fin de reflexionar sobre las diferencias en la construcción de estos cuerpos, afectos y tensiones generadas a partir del establecimiento del mito de la maternidad y cómo esta se traduce en el tema del cuidado. El trabajo del servicio y cuidado asociado a la mujer también nos hablan de nuestra propia relación con to the nature detached of the humanity status. Esto abre la puerta al debate sobre la definición de las categorías de cuidado, la maternidad, género y la noción de la persona en distintas sociedades. Por tanto, este trabajo cuestiona la concepción occidental de la maternidad y busca entender si cambiarla es posible.

Palabras clave: Maternidad. Mercado. Mujeres. Género. Noción de persona.

INTRODUÇÃO

“Ser mãe é padecer no paraíso” é uma famosa frase que expressa a ideia predominante de maternidade ligada a uma imagem de amor incondicional, abnegação e serviço. Na nossa sociedade, a função materna e sua sacralização está para a mulher assim como posições de grande poder político e monetário estão para os homens. Uma importante diferença entre a primeira e a segunda é que a última é bem remunerada, enquanto a primeira é um serviço completamente gratuito. Meyer Fortes (2011) nos fala como a criação dos filhos e o desenvolvimento físico dos indivíduos incorporados ao sistema social mantém a vida deste mesmo sistema, gerando um processo cíclico. A fábrica dessa reprodução social funciona dentro do grupo doméstico. Uma das características desse ciclo é justamente um processo que ocorre na esfera do doméstico, mas é governado por relações da esfera pública, pois há uma integração com a estrutura social total “por seus aspectos políticos, jurídicos e rituais” (2011, p.13). Assim, há, portanto, uma manutenção dos interesses do sistema social através do domínio do doméstico, visto que estes influenciam suas dinâmicas. Tomemos como exemplo o filho que chega a sua adolescência e juventude. Nesta fase, sua inserção na sociedade, ensinamentos de valores e crenças são atividades mais associadas ao pai – isto, é claro, em uma família que não seja monoparental. Como veremos, o par público-doméstico corresponde ao par cultura-natureza. A aproximação ao doméstico/natureza não ocorre somente com a figura da mulher, mas também com a criança e outras figuras. O fato de o cuidado com a criança ser dedicado à mãe e a inserção na sociedade, ensinamento de valores serem, por sua vez, dedicados ao pai também nos demonstra isso. As dinâmicas presentes no campo do cuidado e da maternidade nos falam sobre ciclo retroalimentativo sobre qual tratou Fortes, e este ensaio pretende discutir como tais dinâmicas são influenciadas pelos interesses do sistema social, como também o sustenta.

Recentemente, um vídeo² compartilhado na internet mostrou uma entrevista de emprego para um cargo fictício. O entrevistador e CEO da suposta empresa chama atenção para a importância da vaga: “este não é um trabalho qualquer. É,

² O vídeo está disponível no Instagram. Disponível em:

<https://www.instagram.com/tv/CNmKpVeHSoe/?igshid=10az3hpmesxx5> Acesso: 15 de abril de 2021

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 15, volume 2, p. 42-62, Ago-Dez/2021.

ISSN: 1982-3800

provavelmente, *o mais importante trabalho*". O cargo é de "Diretor de Operações" e ao longo do vídeo as suas funções e requisitos vão sendo expostas, o que, por sua vez, muito assusta as/os candidatas/os. Mobilidade; trabalhar em pé, na maior parte do tempo, curvando-se e se esforçando. Quando uma das candidatas questiona a carga horária do trabalho, recebe como resposta: "De 135 horas a um tempo ilimitado por semana. Basicamente 24 horas, 7 dias na semana". Outro candidato pergunta se há um intervalo, o que o entrevistador responde "não há intervalos disponíveis". Mas o que mais me chama atenção no vídeo é quando alguém questiona, meio incrédulo com o que está sendo dito: "*mas isso é legal?*". "Oh, sim, com certeza"; "então não tem horário pro almoço? "; "você pode almoçar, mas só depois que o associado comer". O entrevistador continua, mas agora afirmando que a vaga requer um alto poder de negociação e habilidades interpessoais, além de graduação em Medicina, Finanças e Gastronomia, precisa ter bastante cuidado e ser consciente que precisará ficar com o associado algumas vezes à noite. Também é necessário preparar-se para fazer tudo isso em um ambiente caótico.

O fim da exposição das funções se dá com um "se você tiver uma vida, a gente pede que você abandone essa vida. Sem férias. Aliás, sem Natal, Ano Novo e feriados". De forma não surpreendente, os candidatos e as candidatas recusam a vaga, além de ressaltaram que se trata de uma "piada cruel e de mau gosto", "desumano", mas o entrevistador segue afirmando que as conexões e o "sentimento de ajudar seu associado, isto não tem preço". Nessa mesma linha de raciocínio, revela que a vaga é pro-bono e por isso mesmo o/a selecionado/a não será pago. "Ninguém fará isso tudo de graça", uma das candidatas responde. Nesse momento, o entrevistador em seu jogo de demonstração do absurdo das funções da vaga anuncia: "se eu te dissesse que alguém ocupa essa vaga agora, neste exato momento. Na verdade, bilhões de pessoas". "Quem? "; "Mães".

Ao terminar o vídeo, fiquei intrigada sobre quais seriam os comentários que estariam naquela postagem, afinal o ideal construído de maternidade vem passando por alguns questionamentos, movidos, principalmente, por teóricas feministas. Por achar pertinente à análise que se desenvolve ao longo deste texto, optei por reproduzir aqui o seguinte comentário feito na postagem do vídeo: "*Mas como dividir tarefas se a própria mãe acha que a responsabilidade cabe principalmente a ela? E age*

instintivamente assim? É preciso muita terapia para enxergar o que realmente cabe a cada parte e tentar quebrar estes padrões e crenças limitantes”.

O comentário anterior nos traz alguns elementos importantes. Segundo a internauta, a própria mãe toma para ela a maior parte da responsabilidade do cuidado com a criança, agindo instintivamente dessa forma, como se as funções maternas fossem algo natural da mulher. Logo em seguida, ela aponta o caminho terapêutico como uma via de ruptura desses padrões e crenças limitantes. No vídeo, as reações dos e das entrevistados/as – como “isso é legal? ”, “isso é uma piada cruel e de mau gosto”, “desumano”, “ninguém fará isso tudo de graça” – ao saberem das funções do cargo, as quais são as mesmas que hoje exerce uma mãe, fazem-nos questionar a profundidade da problemática que envolve o mito materno, seja ela em seus aspectos político, social, econômico e/ou psicológico. Dito isto, este ensaio propõe uma reflexão acerca das tramas de afeto e cuidado instituídas a partir de uma maternidade assentada em um mito de pureza, sacralização, abnegação, sacrifício e amor incondicional das mães em relação aos seus filhos. Lançando mão de estudos que abordam esse assunto sob uma perspectiva feminista, antropológica, psicológica e do direito, minha intenção é discutir como essas tramas possuem dinâmicas que desnutrem mulheres e, em certa medida, até mesmo homens ao passo que nutrem todo um sistema econômico.

Para tanto, me interessa compreender como tais dinâmicas apresentam-se na multiplicidade existente nas esferas do público e do doméstico (OKIN, 2008), bem como quais as tensões geradas entre mercado, trabalho e afeto na esteira do cuidado. Não tratarei, no entanto, a maternidade como algo homogêneo, tampouco a domesticidade, no que tange aos sentidos políticos e afetuosos atribuídos à casa. Preocupei-me neste texto em compreender essas dinâmicas sob a perspectiva do cruzamento que há entre gênero, raça e classe, a fim de uma reflexão que considere as diferenças na construção desses corpos, afetos e tensões gerados a partir do mito da maternidade e como esta encontra-se implicada na temática do cuidado.

MULHER, UM CORPO-TERRITÓRIO MANIQUEÍSTA: A MÃE BOA E A BRUXA

Ao pensar maternidade, duas questões que, provavelmente, vêm à cabeça de toda mulher são: a inerência de um amor incondicional e o sacrifício. Por amor incondicional, entende-se um sentimento natural de toda mãe, acionado assim que se inicia o processo de gestação ou ainda no planejamento de se ter filhos. Este amor de mãe é capaz, segundo essa ideia de maternidade, de superar e perdoar qualquer situação que envolva suas crianças, de enfrentar qualquer desafio. Além disso, e também como uma demonstração desse amor, é destinado à mãe toda sorte de sacrifício, sendo uma consequência deste o abandono de sua vida individual para devotar-se aos cuidados com seus filhos.

Vania Maria de Vasconcelos (2014) disserta como a figura da mãe foi construída ao longo dos séculos através de mitos e manifestações artísticas e religiosas de todas as culturas. De acordo com Vasconcelos, a maternidade é dentre os papéis associados às mulheres aquele que mais exerce controle “no sentido de manter uma imagem idealizadora da mulher, relacionando-a ora à própria natureza, num determinismo redutor; ora ao sagrado, impondo-lhe o sobrenatural e misterioso” (p.66). Sob este aspecto, alguns padrões de mãe foram construídos e gravados em um imaginário social, os quais serão apontados pela autora a partir de uma revisão histórica de arquétipos que constroem a figura da mãe e de conceitos de maternidade. Ao resgatar alguns mitos instituidores dos papéis relacionados às mulheres, essencialmente o da maternidade, Vasconcelos aponta um território dicotômico que o corpo feminino se viu obrigado, ao longo da história, a ocupar, o duplo bem e mal.

Vasconcelos lembra-nos do mito Judaico-Cristão sobre a entrada do pecado no mundo a partir da desobediência de Eva, a primeira mãe da humanidade, aquela que simboliza a pureza maculada pela maldade. Como castigo por sua desobediência, Eva foi condenada a sentir as dores do parto, sofrendo assim com a maternidade. Também como resultado de suas escolhas, uma vez que foi, principalmente, por sua causa a expulsão do paraíso, Caim – acometido de emoções que não existiriam no saudoso Jardim do Éden – matou Abel. Eva foi sentenciada a sentir as dores do parto e a ver a humanidade, aqui representada por seus filhos, “nascer do pecado”, pois era ela a consagradora da depravação moral do homem.

A redenção da sua imagem veio corporificada em Maria, a Virgem mãe de Jesus Cristo. Os simbolismos que envolvem Maria dizem respeito a um padrão de mãe santificada, que possui uma vida sacrificial. Diferentemente de Eva, Maria não optou pelo caminho da desobediência, pelo contrário, foi uma mulher de fé, crendo e acompanhando os homens de sua vida, a saber, seu Deus, seu marido e seu filho. Maria nunca é só Maria. Maria é a Santa Virgem, ou Maria mãe de Jesus. A inseparabilidade dessas características de sua *persona* nos revela outros pontos fundamentais: i) uma mãe santificada por seu amor e sacrifício maternal é apartada da imagem de uma mulher, cuja sexualidade é ativa; ii) essa mãe é uma extensão do corpo de seus filhos e dos homens de sua vida, ou seja, ela só é pessoa através do seu serviço e cuidado dedicados a eles. Se nos valermos do que Marilyn Strathern (2014) infere sobre como a noção de pessoa está atrelada à maneira como nos relacionamos com a sociedade, iremos concluir que a maternidade, tal como está posta, atravessa significativamente como a mulher se faz pessoa, uma vez que sem o atributo de mãe questiona-se até mesmo essa condição.

Eva e a Virgem Maria são os dois extremos que retratam o território maniqueísta associado às mulheres, arquétipos que não tangem apenas à maternidade. Tais mitos nos dão uma ideia de reparação moral da segunda em relação à degeneração da primeira, fazendo-nos pensar que a mulher, aqui a mãe, ou é boa e santa, ou é má e punida por escolher em favor de si. Outra figura pertinente ligada à mulher – apagada de registros e passagens bíblicas, segundo algumas teorias, e demonizada – é a de Lilith, a primeira mulher de Adão, criada do pó assim como seu companheiro. Sua existência precede a de Eva, porém sua escolha por autonomia sexual tornou-a demoníaca, resultando, dessa maneira, em seu afastamento de Adão – por representar um perigo que o afastaria da divindade – e exílio no Mar Vermelho, onde habitavam os demônios. De acordo com alguns estudiosos de Lilith³, sua existência foi propositalmente apagada pela igreja sacerdotal ao longo das traduções da Bíblia, mas algumas revisões dos textos da Torah assírio-babilônica e hebraica apontam sua presença (RODRIGUES, 2012). Em forma de serpente, é ela quem convence Eva a comer do fruto proibido para que tome conhecimento sobre o bem e o mal. A psicóloga Cátia Lima Rodrigues afirma que “o

³ Ver: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/teoria-da-conspiracao-lilith-a-primeira-mulher-de-adao/>

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 15, volume 2, p. 42-62, Ago-Dez/2021.

ISSN: 1982-3800

grande mal em Lilith está em sua desobediência ao masculino” (Ibidem, s/n). Sua figura foi demonizada, pois representava a escolha de uma sexualidade ativa e livre. Para Rodrigues,

Lilith está por trás dos fenômenos históricos, a partir da repressão da sexualidade, que origina somatizações e enfermidades. É ela a responsável pela desunião da família, seja projetada em uma amante sedutora que ‘tira’ e ‘rouba’ o marido da esposa, seja projetada na rebeldia da esposa que não suporta o “não” de seu marido-Adão. (...) Contudo, também representa uma cisão do arquétipo da Grande mãe, uma vez que Lilith é também projetada na lua, sendo o lado negro do satélite: assim, é demônio terrestre e divindade celeste. Na antiguidade egípcia e greco-romana, Lilith não aparece como demônio, mas é identificada com divindades destas culturas: é o momento da história humana ocidental em que a sexualidade não é considerada um perigo, mas fonte de prazer (2012, s/n).

Não é, no entanto, minha intenção elaborar uma exegese dos mitos relacionados às mulheres. O que pretendi com essa primeira elucidação foi apontar que “o conteúdo mítico é arquetípico, inconsciente e coletivo” (*Ibid*). Corroboro com Mauss (2003) ao afirmar que a categoria ocidentalizada do Eu é inscrita desde Adão até nossos tempos, construindo sua consciência psicológica. Assim, o que me interessa saber são as realidades criadas por esses mitos (LÉVI-STRAUSS, [1962] 1976). Como destacado por Lévi-Strauss, ao nos depararmos com os mitos, não interessa à antropóloga se eles contam uma história verdadeira ou não, mas como criam realidades de determinados grupos. O que deve ganhar centralidade, portanto, é como esses mitos influenciam a organização social de determinados grupos. Dessa forma, lanço mão dos padrões maternos e de comportamentos femininos cravados no imaginário social e inconsciente coletivo (JUNG, 1940) a fim de compreender como estes estão manifestados nas dinâmicas produzidas por determinadas tramas de afeto e cuidado. Além disso, como tais dinâmicas estruturam uma relação com uma racionalidade econômica específica.

Ainda sobre este território maniqueísta, o qual toda mulher ocupa, em seu “Calibã e a Bruxa”, a filósofa Silvia Federici (2017) discorre sobre o controle sexual de corpos de mulheres que ocorreu durante o período de caça às bruxas. Sua pesquisa nos mostra que os séculos XVI e XVII inauguram uma era de repressão sexual que

definiu como a sexualidade de uma mulher deveria ser. A bruxa era aquela que possuía uma relação de submissão e lascívia com a figura do diabo, era aquela que destruía famílias, que controlava homens através de seus artifícios sexuais. O espectro de uma sexualidade livre de mulheres configurava-se como um risco à ordem e ao modelo de família monogâmica que se estabelecia. Um perigo de ruptura e fuga do controle de uma ordem econômica e social que estava se firmando, a saber, o capitalismo em seus primeiros passos. Desse modo, a sexualidade feminina foi identificada à bestialidade e a vida livre desfrutada por homens e mulheres em suas terras comuns se transformou em algo inaceitável. A sexualidade ativa que mulheres mais velhas tinham em seu estilo de vida antes da Lei de Cercamentos, a qual era considerada “uma afirmação da vida contra a morte” (Ibid, p.347), torna-se uma via de contaminação, um instrumento de morte e condenação.

Logo, de acordo com Federici, foi “a linguagem da caça às bruxas” e determinado discurso sobre sexo que produziu figurações de mulheres pervertidas por natureza. Foi esta mesma produção “o primeiro passo para a transformação da *vis erotica* feminina em *vis lavorativa* - isto é, um primeiro passo na transformação da sexualidade feminina em trabalho” (Ibid, p. 347). É nesta perspectiva que a atividade sexual de mulheres se transforma em puro trabalho e serviço de procriação. Se não fosse voltada para a procriação e para o serviço, toda atividade que desse gozo, e aqui tanto em sentidos sexuais como laborais, era condenada e demonizada, assim como também foi Lilith. Neste sentido, a atividade sexual não tem as mesmas consequências para homens e mulheres, afirmação que leva Federici a criticar o caráter genérico que possui a “história da sexualidade” de Foucault. Uma mulher cuja sexualidade fosse para seu prazer e não para a procriação era condenada à câmara de tortura e à fogueira. Quatro séculos após a caça às bruxas, tais instrumentos foram atualizados, revelando-se em estatísticas que apontam números de feminicídio, jornada de trabalho tripla e salário desigual – são elas os resultados das fogueiras morais.

Seguindo este gancho analítico, ao olharmos para o mito materno construído na sociedade ocidental sob o aspecto do padrão arquetípico da Virgem Maria, podemos identificar a estranheza e a condenação moral que uma mãe carrega caso tenha uma vida sexual ativa, principalmente se esta for com vários parceiros. Uma mãe solteira em aplicativos de encontros, por exemplo, não é aceita e bem vista como

seria um pai, que neste caso acaba recebendo elogios por sua atividade paterna⁴. Dito isto, desenvolvo nas próximas sessões como essas figurações cravadas no imaginário social e no inconsciente coletivo produzem dinâmicas de afeto e cuidado que desnudem mulheres e nutrem uma racionalidade econômica que hierarquiza corpos e serviços a partir de elaboradas construções de desejos e modelos de família, amor, casa, ou seja, a partir da instauração de um *modus vivendi*.

QUANTO VALE O CUIDADO?

Os estudos na área das Ciências Sociais sobre atividades femininas na esfera doméstica foram bastante negligentes. Essa realidade só passou a mudar com pesquisas feministas que denunciavam tal descaso e apontavam o caráter de trabalho destas atividades. A partir disso, categorias como “trabalho não remunerado” e “trabalho doméstico” foram adicionadas no léxico das pesquisas. Esse fato, além de denunciar uma generificação na produção científica, significou uma profunda mudança de paradigma no campo sociológico, de acordo com Bila Sorj (2013).

Voltando ao contexto da falsa entrevista de emprego mencionada no início deste artigo, ao nos lembrarmos das reações dos candidatos, os quais estavam em choque, é possível observar que uma das candidatas questiona se tal função estaria amparada legalmente, pois em qualquer outro contexto o respectivo emprego estaria violando frontalmente as regras trabalhistas. A realidade tão pouco nos conforta. O trabalho que a mulher desempenha na esfera privada sequer é considerado algo produtivo ou agregador de valor. Na verdade, o trabalho materno/doméstico é tido por muitos como invisível. Conforme acabei de afirmar, até mesmo para ser enxergado como *trabalho* foi necessária uma mudança paradigmática na produção sociológica. A valorização do trabalho exercido por mulheres na esfera privada é ínfima, inexistente, sendo fruto de um processo histórico cruel para esse gênero.

⁴ Com o aumento do uso de aplicativos de namoro e encontros, mães solas relatam sofrer discriminação por parte de homens que encontram nesses canais. Ver: <https://deumatch.blogosfera.uol.com.br/2019/05/04/maes-solo-relatam-ter-sofrido-discriminacao-em-apps-de-relacionamento/>. A título de curiosidade, mulheres que são mães e estão na faixa etária entre 30 a 40 anos são chamadas de MILF (*Mother I Would Like to Fuck*). Mulheres que têm entre 40 a 50 anos são chamadas de *Cougar*, palavra que faz referência à puma, ou seja, tal palavra foi negativamente associada à mulheres de meia-idade para chamá-las de predadoras. Se jogarmos na plataforma de pesquisa Google as duas palavras, os sites que serão indicados para acesso são, majoritariamente, sites de pornô.

Não obstante, as mulheres conquistaram ao longo do tempo espaços na esfera pública, o que as fez tão financeiramente mantenedoras do lar como os homens. Contudo, em um exercício especulativo, peço que imaginemos um casal. Ambos trabalham, possuem filhos, e antes da pandemia da COVID-19 exerciam carga horária semelhante. Chegando em casa, o trabalho do homem finda, pois sua casa é seu lugar de descanso. O da mulher, contudo, reinicia e se direciona naquele momento aos filhos e à casa. Por que isso acontece? As esferas sociais foram tão fortemente marcadas pelo gênero que mesmo conquistando espaços na esfera pública, as tarefas domésticas e de cuidado são incumbidas completamente à mãe enquanto os pais continuam apoiando-se no discurso da ajuda somente mediante um pedido expresso da mulher. Ou não: mesmo após o pedido de socorro continuam a considerar que se trata de uma função exclusivamente feminina.

As mulheres dedicam seis horas a mais que homens nos serviços domésticos (SORJ, 2013). Diante dessa realidade, dados da OXFAM BRASIL revelam que em todo o mundo o trabalho realizado por meninas e mulheres equivale a 12,5 bilhões de horas, diariamente, de trabalho não remunerado, gerando um montante de US\$ 10,8 trilhões por ano à economia do mundo, valor este que ultrapassa três vezes o valor gerado pela indústria de tecnologia.⁵ Não bastasse isso, existe uma desigualdade de gênero no sistema tributário em escala global, segundo Tathiane Piscitelli (2011; 2020), de forma que as mesmas que geram à economia mundial uma expressiva receita são as mais oneradas por tributos. As chamadas *Pink Tax* (Taxas Rosa) - taxa tributária sobre produtos femininos - demonstram que mulheres pagam mais caro pelo que consomem, principalmente se o objeto de consumo for um produto exclusivo para seu gênero, como é o caso dos absorventes⁶ (Ibidem). O mercado explora, precariza e ainda cobra mais caro de mulheres, ou seja, a desigualdade de gênero é, também, uma questão monetária. A naturalização dessa realidade foi um trabalho intenso de produção do imaginário e do inconsciente coletivos. Em outras palavras, o mercado produz seus próprios mitos.

⁵Ver: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/> Acesso em 20 de abril de 2021.

⁶ Fora do Brasil esse debate sobre as *pink tax* já avança, e em países como a Escócia, por exemplo, há distribuição gratuita de absorventes para mulheres

Ao falar sobre uma desigualdade universal de gênero, Sherry Ortner (1979) reconhece a importância de uma reestruturação econômica para que haja uma verdadeira mudança na estrutura social. Ela aponta que este é um passo fundamental, mas que, por si só, não daria conta dessa problemática, pois a verdade é que, em suas palavras, houve um profundo golpe na psique de ambos os gêneros. Não podemos ignorar que foi através da reconfiguração de uma economia industrial para serviços que mulheres passaram a ser remuneradas (SORJ, 2013). Devemos admitir, no entanto, que sobre as dinâmicas diárias que envolvem o cuidado, o que nos é mostrado é que esta ainda é uma atividade desvalorizada e exclusivamente associada às mulheres.

Para Bila Sorj, o cuidado ocupa um lugar no campo da política e do bem-estar social, mas este lugar é generificado e confinado à família: “A transferência dos cuidados das crianças das famílias para as instituições de educação infantil está longe de ser uma prática universal, mesmo entre as famílias mais abastadas” (2013, p.12), afirma a socióloga. Pensar no cuidado dos/as filhos/as nas mãos de instituições de educação como uma realidade distante, nos diz sobre muitas coisas e uma delas é sobre esse golpe na psique, sobre o qual Ortner nos alerta. O comentário que reproduzi na introdução deste texto – o questionamento, “Mas como dividir tarefas se a própria mãe acha que a responsabilidade cabe principalmente à ela? E age instintivamente assim?” – vai de encontro com a afirmação de Sorj e do que argumentei ao longo deste texto. Para que as dinâmicas do cuidado funcionem, segundo as regras de uma racionalidade econômica, há um processo de subjetivação, no qual “cuidado e responsabilidade são mobilizados como força produtiva” (OLIVEIRA, 2020, p.54) marcada profundamente pelo gênero, e suas intersecções com outros marcadores, criando, desta forma, um eu afetivo que age de acordo com essa racionalidade (Ibidem).

Alguns princípios instituem o trabalho do cuidado. Ele é regido pelo gênero; é relacional; exige um compromisso e responsabilidade com o outro de forma que a cuidadora precisa prever e responder “as necessidades particulares, concretas, físicas, espirituais, intelectuais, psíquicas e emocionais” do objeto do cuidado (TRONTO, 1997, p.188). Além disso, Joan Tronto observa que o cuidar se transforma em uma atividade moral, uma vez que mulheres são punidas com julgamentos quando

não seguem à risca o *script* socialmente escrito para elas. Se tomarmos a maternidade como uma performance, assumiremos que ela é parte de processos de subjetivação e é passiva de punição social quando não cumprida segundo aquele *script* (XAVIER; ZANELLO, 2018, p.4). Na pesquisa de Camila Fernandes (2017), as chamadas “mães abandonantes” sofrem com o julgamento moral e com a culpa pelo abandono de seus filhos. Segundo a antropóloga, as narrativas sobre essas mulheres são construídas sob a ótica da “monstruosidade”, reificando a figura da “mãe má”, algo que compreendi como próximo das fabulações que marcam uma outra personagem já mencionada neste texto, a saber, a bruxa.

Dados apontam que há um aumento em cerca de 6% de mulheres que escolhem não ter filhos. Esse número é mais expressivo quando falamos em mulheres brancas⁷. A construção da maternidade na sociedade ocidental – uma função exclusivamente feminina, solitária, um trabalho que exige dedicação total, que exige moralmente certos comportamentos, que despe mulheres de sua sexualidade, seus desejos, que lhes arranca horas que poderiam ser investidas em si mesmas, em suas carreiras, um trabalho que lhes sobrecarrega –, instaurada a partir do cuidado como força produtiva e reprodutiva, marcada pelo gênero, está sendo rechaçada cada vez mais por um número maior de mulheres. Em 1970, tivemos nos Estados Unidos o movimento *Childfree*, que lutava pelo direito à escolha de se querer ter ou não filhos. Esse debate vem crescendo graças ao movimento feminista, mesmo com as discordâncias internas sobre o assunto, o que não caberá discutir neste trabalho. De toda forma, o golpe na psique, fruto dos processos de subjetivação dos arquétipos da “mãe boa”, do “amor materno”, ainda se manifesta na sociedade ocidental de maneira muito expressiva, fazendo com que mulheres que optem por não serem mães passem por diversos julgamentos e punições sociais, tendo questionada até mesmo sua condição de mulher, pois a feminilidade se faz, entre muitas coisas, pela via da maternidade.

Para encerrar este tópico, parece-me pertinente voltar à informação que trouxe anteriormente: o mercado cria seus próprios mitos. Explico. O cuidado materno é associado ao “trabalho do amor incondicional”, que nasce de um formato de família e

⁷Ver em: <https://azmina.com.br/reportagens/nunca-quis-ter-um-filho-dizem-mais-e-mais-brasileiras/#:~:text=N%C3%A3o%20s%C3%A3o%20poucas%20as%20mulheres,desejo%20de%20ter%20um%20filho.>

de sexualidade assentados historicamente em uma determinada economia, que se faz racionalidade social, o capitalismo e suas atualizações. Segundo Joan Tronto (1997), as estruturas do cuidado estão principalmente na família, e como vimos com Sorj (2013), pensar na atividade do cuidado dos filhos nas mãos de instituições de educação, por exemplo, ainda é uma realidade muito distante até mesmo em famílias abastadas, pois o ato de cuidar é transversal ao gênero assim como às esferas do público e do privado. Mas ao pensar nessa família e nesse amor, podemos nos questionar: que família é essa? E que modelo de amor é esse? Falo da família heteronormativa – as desigualdades entre os sexos estão implicadas nas que existem dentro deste modelo de família (OKIN, 2008), composta por um homem e por uma mulher –, e do amor romântico, no formato de relação monogâmica, germinado na tragédia shakespeariana “Romeu e Julieta”. A estrutura da maternidade é constituída por mitos formadores, como vimos com Vasconcelos (2014). O que é tão profundo e forte que faz uma mulher acreditar que sua função é essencialmente de cuidado, serviço e reprodução senão um ideal de amor? Não podemos cair na armadilha de pensar maternidade sem pensar também no modelo de relação monogâmica que tem em sua origem as noções de propriedade e de posse. Assentado sobre a noção de propriedade, esse formato fala de uma maternidade solitária e restrita às mulheres. Federici (2017) expõe que o período anterior à Lei de Cercamento era de outros modelos de relações e de sexualidade nas terras compartilhadas pelos camponeses. O cercamento de terras também pode ser considerado o cercamento de corpos livres afetiva e sexualmente.

Na pesquisa de Natália Padovani (2019), “Sobre casos e casamentos: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona”, conhecemos Linda, uma mulher que busca genuinamente viver um amor implicado a um ideal romântico. Cito Linda, que abre mão da “legibilidade e regularidade estatal”, em Barcelona (p.306), como via de expressão do poder dos ideais cravados em nossa psique, e como estes tornam-se engrenagens de nossas vidas. Flor, por sua vez, foi aquela que encontrou em seus namorados e na prisão uma forma de viver um mundo completamente destoante do seu. Uma liberdade e experiências que Flor não conhecia em sua realidade conjugal, numa casa com seus quatro filhos e netos. O trabalho doméstico da mulher e sua associação à maternidade nos remetem a cercamentos e prisões, não à toa, testemunhamos o aumento do número de mulheres

que recusam esse modelo de maternidade. Por isso mesmo, Flor, interlocutora de Padovani, traz uma narrativa, na qual conseguimos “apreender as polissemias dos sentidos de ‘estar presa’ e ‘voltar para casa’” para as mulheres (Ibid, p.316).

OUTRAS MATERNIDADES SÃO POSSÍVEIS? NOTAS SOBRE CUIDADO COLETIVO E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maternidade como está dada traz em sua lógica de funcionamento diversos danos para mulheres, sejam eles os esgotamentos físico e mental, o isolamento social e a solidão, o abandono e/ou desvantagens em suas carreiras, como já foi pontuado. Sabe-se que mulheres estão histórica e socialmente confinadas à esfera doméstica, ao cuidado, ao serviço e ao trabalho reprodutivo da maternidade. Cabe colocar aqui, e com bastante relevância, que maternidade e direitos reprodutivos não podem ser tratados homogeneamente, afinal, a categoria “mulher” tampouco é; assim como o trabalho do cuidado possui outras noções fora das estruturas e fabulações ocidentais.

Mulheres negras foram forçadas à esterilização compulsória, enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito ao aborto, nos Estados Unidos, em 1970. Com um objetivo eugênico, a esterilização compulsória dessas mulheres reforçava que uma raça precisava ser exterminada (DAVIS, 2016). O ex-governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral, em uma polêmica fala, declarou que as mães moradoras de favela são “fábricas de marginais” e que merecem do Estado “técnicas de governo compatíveis com uma proposta de tratamento epidemiológico da população favelada” (FARIAS, 2014, p.55). A maternidade possui engrenagens diferentes quando falamos de uma mãe negra e de uma mãe branca. Os processos de subjetivação de mães não brancas são repletos de medo e de luto, isto é, tal maternidade já nasce com o pressuposto de que o filho possivelmente será alvejado e assassinado pelo Estado na figura da polícia. Embora as esterilizações compulsórias tenham cessado, os filhos negros continuam sendo mortos em uma necropolítica continuada cujo alvo são pessoas não brancas. Isto, social e psicologicamente, já nos fala de outra experiência de maternidade, mesmo que não se possa negar os atravessamentos do mito materno da maneira como foi instaurado na socialização herdeira de processos coloniais. No

entanto, lançando mão dos escritos de bell hooks⁸ (2019), a família, a criação dos filhos, é esse lugar que se faz refúgio dessa violência colonial. Não negando o envenenamento das relações a partir de uma lógica colonial, hooks confirma que não existe benefício num modelo materno tão marcado pelo gênero como é esse do qual somos herdeiras. Tampouco existe confluência com a concepção da criação de filhos de povos não brancos. Afinal, não se pode negar as consequências de longo prazo da escravidão em pais negros (VASCONCELOS, 2014), como exemplo o alto número de violência doméstica, de abandono do lar e de alcoolismo.

Mas por qual razão na concepção ocidental o cuidado é da esfera do doméstico? Okin (2008) explica que mulheres são vistas como inadequadas à esfera pública. Sherry Ortner (1979) afirma que o gênero feminino é considerado inferior em todas as sociedades⁹. Esta condição, segundo ela, está ligada a um fator biológico, pois “mulheres” estão para a “natureza” assim como “homens” estão para “cultura”. Esses pares conceituais também são estruturalmente homólogos ao par “doméstico” e “público”. Os próprios fatores fisiológicos confinam as mulheres; como exemplo disso, Ortner menciona a menstruação e a lactação. Como foi exposto na primeira sessão deste texto, o filho é uma extensão do corpo de sua mãe. Onde ele estiver, ela precisará estar, se ele precisa comer, é ela que o amamenta; então, antes de tudo, “vêm as necessidades do associado”, retornando rapidamente ao contexto do vídeo acima referidos.

Para Ortner, “é no domínio de tal universo da condição humana que poderíamos procurar uma explicação para o fato universal da desvalorização feminina” (1979, p.100), ou seja, na esfera do público, direcionada para aqueles que estão associados à cultura, que se encontra tudo aquilo que se afasta da condição de bestialidade. Vejamos bem, ao pensarmos sobre público e privado, sabemos que são homens os representantes da esfera pública¹⁰. No contexto da pandemia da COVID-

⁸ bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, uma intelectual negra nascida no sul dos Estados Unidos, no estado de Kentucky, em 1952. Seu pseudônimo é escrito em letras minúsculas e foi adotada em homenagem a sua avó, Bell Blair Hooks.

⁹ Marilyn Strathern (2006) refuta esse argumento ao afirmar que não podemos olhar outros mundos a partir da única ótica que conhecemos, que é a nossa. Strathern critica o binarismo de gênero e explica que a noção de mulher é diferente em outras sociedades. Portanto, ao afirmar que a natureza é universalmente ligada à mulher, e a cultura ao homem, Ortner equivoca-se, pois está analisando outras sociedades sob o prisma de nossas próprias categorias. Para Strathern, é absurdo que outros povos recebam nossos problemas e os devam resolver. Oyèrónkẹ Oyèwùmí (2021) também critica essa noção ocidental de gênero e traz outras noções de mulher.

¹⁰ Para saber mais, ver Teresa Sacchet (2009) em seu artigo “Capital social, gênero e representação política no Brasil”.

19, apesar do debate sobre a valorização do cuidado ter sido trazido à superfície, são os homens as vozes das análises políticas sobre a pandemia (BLANC, 2020), enquanto mulheres, por estarem sobrecarregadas, diminuem sua produção científica. Mas quando olhamos para as mulheres que avançam em seus direitos e viram rostos e vozes da esfera pública, que recorte racial possuem essas mulheres? Qual sua cor? O que quero dizer com isso é que as esferas do privado e do público (que são lógica e estruturalmente homólogas ao par natureza e cultura) são configuradas pela noção de humano. Em outras palavras, tudo o que se aproxima da condição de humanidade ganha espaço no âmbito do público. E o que a maternidade tem a ver com isso?

O modelo ocidentalizado de maternidade é uma performance construída sobre as bases da invenção do gênero, no sentido usado por Oyèrónké Oyěwùmí (2021) em sua obra “A invenção das mulheres: uma perspectiva africana sobre os discursos ocidentais de gênero”. De acordo com Oyěwùmí, o feminismo possui uma suposição fundamental: a subordinação das mulheres é universal. As contribuições de Fortes (2011) sobre o desenvolvimento do grupo doméstico também são erigidas sob a mesma suposição. Contudo, de maneira oportuna, Oyèrónké Oyěwùmí questiona tal suposição ao afirmar haver um determinismo biológico ocidental nas concepções de gênero. A autora também refuta a afirmação sobre a construção social do gênero, pois, segundo ela,

A universalidade atribuída à assimetria de gênero sugere uma base biológica no lugar da cultural, uma vez que a anatomia humana é universal, enquanto as culturas falam por meio de uma miríade de vozes. Que o gênero seja socialmente construído significa que os critérios que compõem as categorias masculino e feminino variam em diferentes culturas. Se isto é assim, então se problematiza a noção de que existe um imperativo biológico em funcionamento. Então, a partir dessa abordagem, as categorias de gênero são mutáveis e, como tal, o gênero é desnaturalizado. (OYĚWÙMÍ, 2017, p.38-9)

A construção dessa maternidade e dessas dinâmicas de cuidado nos moldes ocidentais está atrelada a esses pressupostos ligados ao que coloquei sobre natureza e cultura, como também à noção de pessoa da sociedade ocidental, como nos explica Mauss (2003). Para povos originários, não há, necessariamente, a noção de pessoa individualizada como conhecemos. Com a maternidade não seria diferente. O cuidado e a criação dos filhos são responsabilidades coletivas, assim temos uma maternidade menos solitária e sobrecarregada - isto é, em alguma medida, distribuída. É sabido

que quando os portugueses invadiram as terras brasileiras, eles se assustaram com o modelo de relações que existiam nos povos que aqui encontraram. Logo, aqueles formatos foram demonizados e receberam o nome de relações poliamorosas. Não apenas o formato das relações, como também os próprios povos foram demonizados, processos esses que se repetiram com o sequestro e escravização de povos africanos. Kabengele Munanga (2012) nos relata como os europeus transformaram aqueles que possuíam a pele escura em um gênero sub-humano. As histórias fabuladas nos séculos XV, XVI e XVII eram de monstros sem cabeça, chifres e, principalmente, uma pele muito escura. O negro foi estabelecido assim como um branco degenerado, um “desvio da norma” e o branco foi estabelecido como única condição humana possível¹¹. A vida em comunidade também não foi bem vista, pois ia contra os formatos que o capitalismo colonial havia instaurado ou almejava instaurar.

Joan Tronto (1997) questiona: por que temos que cuidar somente dos nossos filhos? Por que esse trabalho não pode ser coletivo? Ao aceitarmos esse modelo de cuidado materno individualizado, solitário, exclusivo de mulheres, como fica essa mulher psicológica, física, moral e financeiramente? Para Tronto, todo esse compromisso que implica esse modelo de cuidado pode custar um alto preço para o ser, pois “se o ser engajou-se demais em cuidar do outro, a perda deste pode destruí-lo” (p.193) e isso acaba se tornando um problema ético. Ela ainda explica que a solução do mercado foi colocar cada gênero em uma esfera, o que me leva a afirmar que não podemos analisar de forma profunda e séria a maternidade e as dinâmicas de cuidado que ela implica sem discutirmos o capitalismo colonial, pois, como bem nos disse Ortner, sem a cooperação feminina “todo o processo sofreria um colapso” (Ibidem, p.105), e não cabe nele um modelo de vida coletiva, onde outras famílias, outros amores e outras maternidades são possíveis.

¹¹ Valerosas indicações nesse sentido estão presentes nas reflexões de Keith Thomas (1988) sobre a história das relações entre ingleses e o “mundo natural” entre os séculos XVI e XIX. Ao apontar uma diversidade de critérios que marcava a distância entre “humanidade” e “animalidade”, os ingleses não apenas justificavam as suas atitudes em relação aos animais, às plantas e à paisagem, mas também em relação aos seres humanos que não apresentassem tais critérios definidores da “humanidade”. O predomínio humano sobre o mundo natural fornecia, portanto, “a analogia mental em que se basearam vários arranjos políticos e sociais” (1988, p.55), pois tanto as bestas quanto os pobres precisavam de rédeas, da domesticação de “um bom pastor”, assim como também precisavam as mulheres, os negros, os vadios, os mendigos, os loucos, os não-europeus e as crianças.

Por fim, quero concluir este ensaio corroborando aquilo que Blanc (2020) observou sobre a pandemia da COVID-19: no nosso atual contexto, ela trouxe a consciência da vulnerabilidade e jogou luz sobre trabalhos invisibilizados. Para ela, o cuidado é um “trabalho sujo” e isto me traz à memória que são concebidos como sujo e contaminado tudo (e todos) aquilo não é considerado humano (ou plenamente humano). O serviço e o cuidado inferiorizados e associados às mulheres, também nos falam, entre muitas coisas, sobre nossa própria relação com a natureza apartada do status de humanidade. Imundo, sujo e inferior são todos povos e suas regiões que se afastam do modelo de vida que nasce com a modernidade e as civilizações europeias.

A pandemia iniciada em 2019 e vivida mundialmente em 2020 acirrou as desigualdades no âmbito doméstico. Tendo sido adotado o *home office* largamente em todo o mundo, o “novo normal” implicou em muito mais dificuldades às mulheres. Não bastassem as duplas, e até mesmo triplas, jornadas de trabalho da mulher, elas tiveram que realizá-las todas concomitantemente. As demandas de seu trabalho “produtivo” encontraram-se frontalmente com as demandas domésticas e das crianças. Ao longo do dia, aquela mulher é a auxiliar administrativa, a professora, a advogada ou “n” profissões, ou é a mãe que também está disponível para os filhos, que cuida do almoço e que ainda os ensina os deveres de casa? Aquela mulher é tudo isso, mas, tal como a célebre frase da Clarice Lispector, ela é, sobretudo, cansada. Com este modelo de maternidade, perdem mulheres e homens, e o único que sai lucrando é o mercado.

REFERÊNCIAS

BLANC, Nathalie; LAUGIER, Sandra; MOLINIER, Pascale. O preço do invisível: As mulheres na pandemia. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Reflexões na Pandemia, p.1-13, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIAS, Juliana. **Governo de Mortes**: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. 2014. 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo, e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Camila. **Figuras da causação**: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

FORTES, Meyer. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. **Cadernos de Antropologia**, v.6, Brasília: Editora UnB, 2011.

HOOKS, bell. Constituir um lar. Espaço de resistência. In: _____. **Anseios. Raça, Gênero e Políticas culturais**. Editora Elefante. 2019

JUNG, Carl G. **The Integration Of The Personality**. New York: Farrar Rinehart, 1940.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. São Paulo: CEN, [1962] 1976.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 367-397

OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. **Estudos feministas**, v.16, n.2, p.305-332, 2008.

OLIVEIRA, Jainara Gomes de. Racionalidade neoliberal e a “nova saúde pública”: Sujeitos, estado e políticas públicas no campo das práticas sexuais entre mulheres. **Sociabilidades Urbanas** – Revista de Antropologia e Sociologia, v.4, n.11, p. 51-58, 2020.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle & LAMPHIRE, Louise (coords.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. P.95-120

OYEWÚMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PADOVANI, Natália Corazza et al. **Sobre casos e casamentos**: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos. EDUFSCar, 2019.

PISCITELLI, Tathiane dos Santos. **Argumentando pelas consequências no direito tributário**. São Paulo: Noeses, 2011

PISCITELLI, Tathiane dos Santos *et al.* **Reforma tributária e desigualdade de gênero**. São Paulo, 2020. Disponível em: https://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/reforma_e_genero_-_final_1.pdf

RODRIGUES, Cátia Cilene Lima. **Lilith e o arquétipo do feminino contemporâneo**. 2012. Disponível em: <http://docplayer.com.br/14684109-Lilith-e-o-arquetipo-do-feminino-contemporaneo.html>

SACCHET, Teresa. Capital, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, v.15 n.2, p.306-332, 2009.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. Vol. 43. No 149. São Paulo Maio/Agosto. 2013

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Editora da UNICAMP, 2006

_____. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TRONTO, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?. In: JAGGAR, Alison M. & BORDO, Susan R. (orgs.) **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

VASCONCELOS, Vania Maria Ferreira de. **No colo das iabás: raça e gênero em escritoras afro-brasileiras contemporâneas**. 2014. 228 f. Tese (Doutorado em Literatura) – TEL, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014.

XAVIER, Aline; ZANELLO, Valesca. Ouvindo o inaudito: mal-estar da maternidade em mães ofensoras atendidas em um CREAS. **Revista de Ciências Humanas**, v. 52, p.1-23, 2018.